

Margarida Calafate Ribeiro

Centro de Estudos Sociais

Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo

Em estudos sobre a sociedade portuguesa no sistema mundial e a integração de Portugal na Comunidade Europeia, Boaventura de Sousa Santos considera o Estado português como o grande gestor das dimensões política, económica e simbólica que compõem o processo de adesão do país à Comunidade Europeia. De acordo com o sociólogo, a “harmonização política e económica” exigida e desejada pela integração de Portugal trouxe uma “melhoria das condições gerais de acumulação”, produzindo, na generalidade, um sentimento nacional de progresso e desenvolvimento que o Estado geriu e cultivou, permitindo aos portugueses imaginarem-se como “europeus” e assim alimentando, e tornando fundamental, a dimensão simbólica da autonomia do Estado no âmbito do processo de integração. Segundo o sociólogo, é “através desta dimensão muito complexa que o Estado regula, sobretudo com discursos e actos simbólicos, a dialéctica da distância e da proximidade, da diferença e da identidade, entre Portugal e a Europa” (Santos, 1993: 51). Por outras palavras, através desta dimensão simbólica, o Estado oculta discretamente uma outra realidade – a distância a que Portugal estava da Europa – ao enfatizar a posição privilegiada de Portugal, no contexto europeu, em relação aos países africanos de língua portuguesa.

Através desta “regulação” cria-se “um universo imaginário onde Portugal se transforma num país europeu igual aos outros, sendo o seu menor grau de desenvolvimento considerado simples característica transitória que cabe ao Estado gerir” (Santos, 1993: 51). Esta construção simbólica que, na opinião de Sousa Santos, tem presidido à actuação política do Estado, no contexto da integração europeia, é designada pelo sociólogo como “o Estado-

como-imaginação-do-centro”. A “imaginação do centro” é portanto “a concepção de Portugal como um país europeu no mesmo pé que os demais” (Santos, 1996: 136).

Tendo em mente os conceitos do sociólogo, a aplicabilidade dos mesmos ao campo cultural (como mostrou Maria Irene Ramalho¹) e reflectindo sobre a história recente de Portugal, rapidamente verificamos que esta dimensão simbólica da política portuguesa, que conduz à elaboração de uma imagem de Portugal como centro, se realizava através do império, ou melhor, de Portugal como nação imperial, que, tal como hoje, encobria uma segunda imagem portuguesa ligada à sua realidade vivencial de periferia que “imagina o centro”, participando dele simbolicamente.

Partilho, portanto, da ideia de Sousa Santos, de Portugal como “uma sociedade semiperiférica da região europeia do sistema mundial” (1993: 20), nas várias épocas e respectivos enquadramentos sociais, políticos e económicos analisados pelo sociólogo, sublinhando, no entanto, um dado que julgo importante em relação à vivência simbólica de Portugal como centro e que me parece particularmente relevante para todo o período de estabelecimento e desenvolvimento do império africano: é que só se imagina o centro quando se tem vivência de periferia. Não é decerto por acaso que Sousa Santos, mesmo hoje, em que não padecemos das autoflagelações nacionais que caracterizaram o discurso cultural do século XIX, opta pela definição de Portugal como uma sociedade semiperiférica, em detrimento da expressão “semi-central”. Se a opção tem a sua base teórica nos vários estudos que o sociólogo aponta ao longo da sua argumentação, também é verdade que a expressão “imaginação do centro” ganha contornos semânticos e ideológicos mais nítidos quando contraposta a semiperiferia, ou seja, quando nos possibilita definir Portugal como uma semiperiferia que imagina o centro. O conceito de distância torna-se, portanto, fundamental nesta definição. Ele resulta hoje dos dados variados que o sociólogo utiliza para chegar a esta classificação, e já não da distância geográfica entre os vários espaços imperiais portugueses e a metrópole, que, ao longo de três ciclos imperiais, foi descentrando Portugal do seu centro inicial europeu, fragilizando-o como metrópole imperial junto do seu império e como potência imperial europeia, mas permitindo-lhe, de um ângulo ou de outro, imaginar-se centro.

¹ Refiro-me aos estudos de Maria Irene Ramalho Sousa Santos – sobre a poesia de Fernando Pessoa e especificamente à definição dos contornos poéticos do conceito de semiperiferia, – ao designar Pessoa como o “inventor da semi-periferia”. De acordo com a ensaísta, na filosofia expressa na sua poesia encontra-se um Portugal a que, “por origem na audácia da viagem e incompletude na *mission civilisatrice*, caberá ser simultaneamente centro e orla, o nada do império desfeito e o seu todo na possibilidade de o reimaginar, poesia, na *Mensagem*”. (Santos, 1993: 91-128)

Pedindo licença ao sociólogo, eu utilizaria e adaptaria a profícua expressão e o conceito nela contido – “a imaginação do centro” – rebaptizando-a, para minha conveniência, em “o império como imaginação do centro”, indo assim ao encontro daquilo que talvez possa ser a expressão antecessora de Sousa Santos, para a qual, aliás, o sociólogo aponta: ao falar de a posição semiperiférica de Portugal ser dada durante séculos pela sua dimensão imperial e de hoje se basear nas relações actuais com as suas antigas colónias africanas no contexto da Comunidade Europeia, espaço onde pode vislumbrar-se uma “reconstituição, em novos moldes, do papel colonial de intermediação ou de correia de transmissão: Portugal como mediador entre o centro e a periferia.” (Santos, 1993: 51). Mas “império como imaginação do centro”, ainda que aplicado ao imaginário do império africano português, ecoa, inevitavelmente, toda a dimensão imperial da Índia e dos mares até lá navegados, de que este império é saudade e memória, o que lhe confere os contornos míticos de uns espessos cinco séculos de imaginário imperial, que importa visitar.

Para além da base teórica, sugerida a partir de Boaventura de Sousa Santos para pensar o império no imaginário português e do pensamento de Eduardo Lourenço relativo à identidade portuguesa tendo com epicentro de análise o registo literário, importa referir, no plano teórico, dois campos de pensamento, de referências multifacetadas, que serão fundamentais para a minha abordagem, numa aplicação específica ao caso português. Em primeiro lugar, a adaptação do conceito clássico de *translatio imperii*, ou seja, a ideia de que o centro do império, enquanto sinónimo de espaço de irradiação de poder e cultura, se vai transferindo, ou “trasladando”, de um lugar para o outro.² Esta ideia manifesta-se no interior do caso português, em dois momentos cruciais, num sentido externo e interno. Primeiro e, externamente, em relação à Europa em que Portugal, depois de ter sido a sua “margem e vanguarda” – e, portanto, “rosto” da Europa, a justo título, para os outros povos não europeus trazidos pelo movimento dos Descobrimentos – se converte em margem e retaguarda dessa Europa, sendo visto como um país que tinha falhado a modernidade e, nessa medida, em termos europeus modernos, tinha falhado a sua missão colonial, convertendo-se o império não numa continuidade e braço essencial da expansão económica, financeira, social e política da metrópole, mas antes no seu reduto essencial de sobrevivência em termos reais e simbólicos. É nesta linha que, na Europa imperialista do século XIX, Portugal exalta o valor pioneiro, histórico, religioso e até “descomprometido” da sua obra de expansão e colonização, reafirmando a sua diferença em relação aos outros europeus não como um aspecto negativo, mas antes como um valor. Internamente, a aplicabilidade da noção clássica de *translatio*

² Sobre este conceito ver Curtius, 1979; Garin, 1989; Green, 1969; Abellan, 1979-1984.

imperii torna-se um conceito adaptável e interessantíssimo na análise das obras literárias geradas nas terras imperiais. É nelas que detectamos esse movimento pela descoberta de um Portugal esvaziado, cuja “cabeça” se vai trasladando ou descentralizando para as margens imperiais. Esta ideia é particularmente relevante em relação ao Brasil, onde, a partir da derrota de Alcácer Quibir até à efectiva transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro na sequência das invasões francesas, se vai construindo e alimentando o sonho (e a realidade) de que naquele “reino” – como será chamado na Constituição – se situava o futuro de Portugal. Nesta medida, a transferência do centro imperial de Lisboa para o Rio de Janeiro, a vários títulos excepcional na história imperial moderna, é um exemplo *sui generis* da noção clássica de *translatio imperii*, que se prolongará, já no século XX (de forma diferente, porque não institucional), em relação aos territórios do império africano, particularmente a Angola (onde, após o início da Guerra Colonial nos anos 60, e nas palavras do escritor Manuel Alegre, “o destino já está em marcha” [Alegre, 1989: 21]), em contraste com uma metrópole parada e suspensa no tempo.

Um outro quadro teórico de análise, que utilizo, localiza-se no que genericamente tem vindo a ser designado como teoria ou estudos pós-coloniais, adaptando alguns conceitos ao caso português.

A minha reflexão inicia-se, numa primeira parte, com uma análise sobre as imagens de centro e as imagens de periferia produzidas por Portugal. Na segunda parte, vou abordar o conceito de “império como imaginação do centro” no período de formação e desenvolvimento do império africano, ou seja, desde o Portugal esvaziado entre o Brasil e a África do século XIX, até às novas rotas da imaginação do centro traçadas pelo isolamento estado-novista, que conduziu Portugal à Guerra Colonial. Na última parte, irei analisar aquilo a que chamei o epitáfio que a literatura foi escrevendo a este império mais imaginário que real, verificando, sobretudo a partir do início da Guerra Colonial, em 1961, a permanência da ideia de Portugal como nação imperial, e também as novas modalizações ou rupturas com essa ideia, desenhadas na literatura da Guerra Colonial. Nesta literatura, situada entre o fim do império e as renegociações da imagem de Portugal sem império a caminho da Europa Comunitária, apresenta-se, a meu ver, a crise do espaço português contemporâneo. Questionando-a, tentarei ver de que forma é que esse Portugal-centro-periferia é desfeito, mantido ou reimaginado.

1 - Portugal, a Europa, o Império e o Centro – Imagens de Centro e Periferia

Dada a forma específica de desenvolvimento da sua expansão e do seu imperialismo, Portugal definiu-se como o centro de um império colonial e como uma periferia da Europa ou, nas palavras de Sousa Santos, como uma semiperiferia, caracterizando-se tanto pela construção de imagens de centro, naturalmente imperiais, como de imagens de periferia (1996: 58-59; 2001: 26-29), ligadas a uma decadência secular e a uma vivência quotidiana nem sempre farta em riqueza e imaginação. Eduardo Lourenço, nos variados ensaios sobre Portugal e as suas relações com a Europa, enquanto realidade simbólica, não definindo a nossa cultura como semiperiférica, fala-nos de uma Europa “nucléaire”, “centrale”, “plus européenne”, na qual Portugal se situa como “périphérique” (1994: 40). A dupla condição portuguesa, apontada pelos ensaístas, estava inscrita na própria geografia do país, desde cedo apontada por Zurara na primeira crónica da expansão – “ca da ua parte nos cerca o mar de outra havemos muro no reino de Castela” (Zurara, 1992: 52). A ideia de cerco, presente nesta definição, é libertada por Camões, quando, em *Os Lusíadas*, elevou o que era *a priori* uma condição geográfica bloqueadora à condição de identidade de uma pátria em expansão, descrevendo o “Reino Lusitano” como uma terra de fronteira – “Onde a terra se acaba e o mar começa” (1992, III, 20: 64).³ As condições históricas, iniciadas por uma condição geográfica de fronteira com o até então desconhecido, determinaram que grande parte dessa história se passasse fora da órbita europeia e metropolitana, levando à criação da imagem de um centro distante e mesmo difuso. E é essa imagem de um poder disperso e frágil que a confrontação com a Europa, sobretudo a partir do século XVIII, iria devolver, ao definir Portugal como uma periferia da Europa, não só no sentido geográfico, que o é, mas sobretudo político, cultural e imperial.

Esta condição intermédia, resultante de uma complexa tensão orgânica entre a nação e o seu império, por um lado, e, por outro lado, de uma multifacetada tensão entre Portugal e a Europa, levou à coexistência, no imaginário colectivo português, de dois tipos de discurso: um “discurso épico” e um “discurso de perdição” (Rebelo, 1994: 22). Assim, na epopeia camoniana, Portugal é a “cabeça da Europa”, mas é também lugar de “gente surda e endurecida” envolta numa “apagada e vil tristeza”; em Vieira, os portugueses são “os cafres da Europa” e o “povo eleito” (Belchior, 1982: 26); em Fernando Pessoa, “Somos hoje”, falando do seu tempo, “um pingo de tinta seca da mão que escreveu Império, da esquerda à direita da

³ *Cfr.* a ideia de Jorge Fernandes da Silveira, “Casas de Escrita”, in *Escrever a Casa Portuguesa*, Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 15-16.

geografia” (Belchior, 1982: 26-27) – porém é neste momento que Pessoa propõe a criação de um império universal. Produzidos alternadamente, mas sobretudo em simultaneidade, como acontece em Camões, Vieira ou Pessoa, estes discursos são geradores de um imaginário de duplicidade intrinsecamente cúmplice, caracterizado pela produção de imagens de centro e de periferia. Esta dicotomia complexifica-se quando, por exemplo, Fernão Álvares do Oriente, em *Lusitânia Transformada*, escrito ainda no século XVI, transfere o centro da nação imperial para o império do Oriente, nele encontrando “a nação esvaziada”, que é o Portugal seu contemporâneo, ocupado pela Espanha; ou quando Eça de Queirós, referindo-se às relações entre Portugal e o Brasil, afirmava que “Nós é que éramos a colónia”; ou quando, já após a independência do Brasil, Portugal “disputava” com a sua ex-colónia a soberania de Angola; e, mais recentemente, quando a geração que fez a Guerra Colonial foi em África que descobriu o centro esvaziado que era o Portugal de Salazar. Parece-me assim ser possível adiantar que as imagens de centro, construídas por Portugal, vêm rodeadas de fantasmas de periferia e que, de forma simétrica, as imagens de periferia estão frequentemente imbuídas de fantasias de centro. Assim, e para além das imagens de centro e periferia apontadas por Sousa Santos como resultado da nossa condição semiperiférica, insinuo aqui a existência de um complexo de imagens que irei definir como imagens de “império como imaginação do centro”, e que reflectem a condição pouco assumida, mas ansiosamente sentida por vários políticos e intelectuais, ora de Portugal como centro precário de um império, ora mesmo como periferia imperial que, através do império, foi podendo imaginar-se como centro. A decadência do império da Índia e a perda do Brasil, em particular com a total “inversão do pacto colonial” e a ida da corte para o Rio de Janeiro, são exemplos bastante diferentes, mas significativos da vivência desta condição.

Para um breve estudo desta condição proponho a análise de três livros. Une-os o facto de serem escritos por homens cuja experiência imperial se reflecte nas suas obras, cumprindo assim, de formas diversas, um percurso de análise da periferia imperial para o centro do império. Cronologicamente, situam-se em três pontos-chave para a construção e o desenvolvimento da imagem de Portugal como nação imperial: *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, escritos após as grandes viagens; *Lusitânia Transformada*, de Fernão Álvares do Oriente, escrito durante a ocupação espanhola; e a obra de Vieira, produzida no período pré, mas sobretudo pós, Restauração. Em termos literários de representação de império e de nação, esta sequência apresenta, na minha opinião, a passagem do uso de uma linguagem metafórica – para *definir as coisas* concretas que o excesso dos novos mundos ia trazendo, como vemos em *Os Lusíadas* – à utilização de uma linguagem metafórica – para *elaborar as abstracções*

que ao longo de séculos se foram construindo para preencher um espaço nacional e imperial que se vislumbra em processo de sucessivo esvaziamento, como testemunham, em gradação, as obras de Fernão Álvares do Oriente e de Padre António Vieira.

1.1 - Portugal e a Imagem de Centro – o discurso-imagem de identidade

Em *Os Lusíadas*, Portugal é margem da Europa, pela sua situação geográfica de pequeno país situado nos limites terrestres do velho mundo, mas é também a sua vanguarda – nas palavras do poeta, “a cabeça da Europa”, ou seja, a cabeça do mundo, na concepção eurocêntrica sob a qual o livro é escrito. No movimento imprimido pela viagem narrada no poema, que liga a origem dos navegantes – o Ocidente – ao mundo desconhecido – o Oriente – está a génese da elaboração de um discurso identitário fundador, como fica patente na primeira identificação global (Lourenço, 1994: 90) dada pelos marinheiros:

Os Portugueses somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente. (1992, I, 50: 13)

A este aspecto junta-se um outro elemento fundador da condição moderna de Portugal: o seu papel pioneiro de mediador dos mundos, que eleva a condição de fronteira de Portugal a um elemento de comunicação e de domínio entre os mundos, papel veiculado por uma imagem duplamente central. Esta imagem é a de Portugal face à Europa, como o descobridor dos novos mundos, que perante ela, através de si, ganham existência, – “as novas partes do Oriente / Que vós outros agora ao mundo dais” (Camões, 1992, X, 138: 281), nas palavras de Tétis a Vasco da Gama, quando lhe apresenta “a máquina do mundo”; e a imagem de Portugal face aos variados Outros, como representante da Europa, espécie assim de “cabeça” bifronte olhando para a Europa e para o Atlântico. O movimento do olhar oceânico, sugerido pela imagem, consagra Portugal como o centro da expressão de todo o ideário do Renascimento: um olhar em busca da universalidade inerente à ideia imperial manuelina, ainda medieval na sua concepção de poder, na sua obsessão com Jerusalém, no seu messianismo de tipo joaquimita; mas moderna, por a sua estratégia se projectar à escala planetária, unindo o Ocidente com o Oriente (Thomaz, 1990: 98). E é deste cume da história, celebrado no poema, que o poeta se dirige ao seu rei e aos “excelentes vassalos”, numa clara instigação à acção que projecte no futuro o Reino celebrado, oferecendo os seus versos, para que, também eles, concedam “favor ao novo atrevimento” contido no poema (Macedo, 1998: 127-128).

Nesta medida, a reflexão feita em *Os Lusíadas*, sobre o significado da viagem neles narrada, é também uma reflexão sobre as “fragilidades” de Portugal se manter no centro das acções, o que explica que o poeta, que iniciou a sua epopeia clamando para que a Musa antiga não mais cantasse porque “outro valor mais alto se alevanta”, a terminasse melancolicamente, apelando para que se pusesse “na cobiça freio/ E na ambição também” (1992: IX), falando assim da “apagada e vil tristeza” em que encontrava a sua pátria mergulhada. O sentido de mortalidade com que, nas palavras de Helder Macedo, Camões termina o seu poema, e que levou Eduardo Lourenço a interrogar-se sobre um poema épico “assim tão triste”, mostra que o Portugal que partiu para a aventura marítima e deu favor a tão glorioso canto não era o mesmo a quem o poeta, no regresso, o comunica (Macedo, 1998: 127). A subtil ambiguidade discursiva que corporiza *Os Lusíadas*, aliada à elegância estética com que o poeta o faz, torna o poema a mais representativa imagem do próprio reino lusitano, desenhado entre a celebração da nação-centro-do-mundo na história do Ocidente e os riscos que a farão deixar de o ser. Por isso, *Os Lusíadas* simbolizam a gloriosa voz que anuncia a fusão entre a imagem nacional e a imagem imperial, dando lugar a um discurso fundador de uma nação, sendo Camões, contudo, e ao mesmo tempo, a primeira voz de um escritor regenerador da pátria, de que Vieira viria a ser o profeta, até à instalação do discurso de regeneração, não só do tempo ideal celebrado no poema, mas da própria pátria, um discurso que percorre todo o século XIX.⁴

O sentido profundo do diálogo estabelecido por gerações de políticos e poetas com *Os Lusíadas* é dado pela interrogação que ele nos dirige. Responder-lhe foi reconfigurar, nos vários momentos históricos, a imagem de Portugal como centro que o poema nos oferece, em diversas “imaginações do centro” que tiveram na imagem de Portugal, como nação imperial, a sua construção balsâmica, para assim iludir uma vivência de periferia. Na verdade, não se estava a responder ao poema, estava-se a usá-lo como resposta.

1.2 - Imagens de Portugal imaginando o centro – Fernão Álvares do Oriente e Padre António Vieira

Lusitânia Transformada (1607), de Fernão Álvares do Oriente,⁵ é um original discurso sobre Portugal como periferia imperial. O autor, provavelmente nascido em Goa, peregrinou pelas terras do império português e acompanhou D. Sebastião na malograda jornada de

⁴ Ver Ronald W. de Sousa, *The Rediscoverers*, (The Pennsylvania State University Press, 1981), onde o autor traça o percurso dos discursos regeneradores da pátria, chamando “the rediscoverers” aos autores por si seleccionados, e eles são: Camões, Vieira, Garrett, Eça e Pessoa.

⁵ Sobre *Lusitânia Transformada*, ver Cirurgião, 1985: XV- LXXXII; Oriente, Fernão Álvares, *In* Machado (org.), 1996: 351; Macedo, 1998: 395-407.

Alcácer-Quibir, tendo ficado prisioneiro em Marrocos. Neste sentido, e como *Os Lusíadas*, *O Soldado Prático* ou a *Peregrinação*, *Lusitânia Transformada* é um discurso que vem do império. À semelhança das obras inicialmente mencionadas, a implicação autobiográfica do autor confere autenticidade e humanidade ao seu discurso, estabelecendo uma relação entre uma identidade individual e uma identidade nacional que interroga os seus contemporâneos e caracteriza o discurso que, através da sua obra, “escreve à pátria”.

Reflectindo sobre este conteúdo e aproveitando o movimento sugerido pela célebre frase de Salman Rusdhié, “the empire writes back to the centre” – que a crítica pós-colonial⁶ elegeu para designar as obras que as colónias “escreveram ao centro” para reclamar a independência – poderíamos dizer que *Lusitânia Transformada*, bem como as obras acima referidas, constituíram uma espécie de “the empire writes back to the centre”, mas com um sentido imperial, ou seja, um alerta lançado ao centro, para que, através da sua acção, revitalizasse a relação imperial. Não é outro o propósito de uma obra como *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto, que tão bem interpretou o sentido da “apagada e vil tristeza” em que o seu companheiro de armas e de letras, Luís de Camões (Reis Brasil, 1988: 13), viu a pátria mergulhada; ou mesmo, ainda que numa outra formulação, da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, em que o autor imagina, na China distante, a pátria desejada; ou, finalmente, do próprio Luís de Camões, ao propor a regeneração do reino por meio de uma cruzada. Mas, entre as obras inicialmente referidas e *Lusitânia Transformada*, inscreve-se a malograda batalha de Alcácer Quibir. Por isso, *Lusitânia Transformada* traz um registo novo a esse “writing back to the centre”, por mim sugerido.

Escrito sob a ocupação espanhola, *Lusitânia Transformada* é uma novela pastoril, escrita em prosa e verso, que conta as peregrinações de Olívio/ Felício pelas terras do império português e as reflexões e lamentações dos pastores pela transformação da fidelidade lusa nos labirínticos cercos da corrupção e da decadência moral que fez, da “fama”, a “nódoa” que hoje todos lamentam:

Fosse pois ambição, que a mor alteza
Pretende, e não por obras singulares;
Ou cubiça, Luzmeno, que a pobreza
Por tais medos fugiu, por tantos mares;
Fosse, que a gente n’abundância presa

⁶ Retiro a expressão do título do livro de Ashcroft, Griffiths, Tiffin, *The Empire writes back*, 1994. A adaptação deste conceito aos vários contextos em que será utilizado ao longo deste trabalho retém essencialmente dois aspectos: o movimento da periferia para o centro que a expressão-conceito indica e o aspecto crítico que este movimento de escrita encerra. Sobre a questão da pós-colonialidade portuguesa ver os ensaios reunidos em Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (org.), *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto: Afrontamento, 2001.

Que o laço em si lhe armou, tantos manjares
E cheiros que Índias Mágicas temperam,
Em estado tão mísero puseram (Oriente, 1985: 333)

No entanto, a “mítica Idade do Ouro” destes pastores situa-se, não numa bucólica paisagem metropolitana, mas na paisagem imperial povoada por outras gentes, outras línguas e outras culturas, opondo-se assim ao clássico imaginário próprio do pastoril, avesso às armas e às conquistas de que os impérios são resultado. Ao transformar a imagem do império em imagem pastoril, Fernão Álvares do Oriente está simultaneamente a transpor o centro da nação portuguesa para a periferia imperial e é aí que encontra a sua nação esvaziada (Macedo, 1998: 396, 399) ou, dito de uma forma diversa, o “império como imaginação do centro”. A imaginação deste centro refaz-se no espaço intermédio de uma ilha-memória que é metaforicamente a Ilha dos Amores camoniana (Cirurgião in Oriente, 1985: XLVII; Macedo, 1998: 404). Mas, ao contrário da totalidade encontrada na ilha camoniana, na ilha de *Lusitânia Transformada* vêem-se os pedaços do império desfeito, metonimicamente representados nos fragmentos dos versos de Camões espetados nas árvores da ilha, assinalando-se assim a passagem da ilha – criada por Camões para celebrar a nação e o império, de que o seu poema é fundação – a uma ilha-necrópole de um império desfeito e de uma nação esvaziada de que o poema de Fernão Álvares do Oriente é o epitáfio (Macedo, 1998: 403):

Aqui pois me sepulto entre esta rama,
Em companhia só de meu cuidado,
E neste tronco escrevo este epigrama,
Epitáfio dum vivo sepultado:
Té que o benigno céu, que os mortais ama,
(Bem que este bem aos tristes nega o fado)
Me outorgue a derradeira despidida,
Em que se acabe co cuidado a vida. (Oriente, 1985: 333)

A recuperação do império far-se-ia assim não no plano terrestre, mas por deslocamento, no plano divino, como indicam as peregrinações das personagens (Cirurgião, 1985: XXXIV) – da morte para a vida –, o que já não sugere uma regeneração do império, mas uma ressurreição. Abrem-se assim as portas para o visionarismo de Vieira (Macedo, 1998: 397) e, num sentido prático, anuncia-se a deslocação / transladação do sonho imperial português do Índico e do Oriente para o Atlântico e para o Brasil, não por acaso terra de eleição da actividade missionária de Vieira.

Na sua complexidade e enquanto discurso vindo do império do Brasil, a exorbitante proposta de Vieira afirmava a falha do império real, denunciando não só uma colónia plena de riqueza e desumanizada, mas também uma metrópole periférica, ocupada por uma potência estrangeira e incapaz de vencer a distância que a separava da colónia, o que representaria o controle do império num sentido político, económico e moral. Mas a nostalgia do sonho imperial, que as visões de Vieira também revelam, acusa não apenas o declínio do império português, mas também o declínio da Cristandade europeia que lhe era contemporânea.

O Quinto Império do Mundo era portanto a síntese de um ideário expansionista português e das crenças sebastianistas, mas sobretudo a súplica de uma atitude religiosa de tolerância que propunha a construção de um mundo de harmonia e paz, “onde todas as religiões e heresias se sujeitariam à verdadeira fé católica por um tempo indeterminado de, no mínimo, mil anos” (Hermann, 1998: 244). Sob a égide de Portugal e dos portugueses, o “povo eleito” por Deus, reconstituir-se-ia a unidade religiosa do mundo, assim se completando a missão de Portugal de unir os povos do mundo e a titulação régia, que D. Sebastião deixara incompleta (Thomaz e Alves, 1991: 107), coroando-se o rei de Portugal como imperador universal. Mas para “ver” este Portugal-centro-do-mundo, Vieira tem de o imaginar contra um quotidiano que constantemente lho nega e projectar-se num mundo de visões interpretativas da memória escrita que liga a interpretação das profecias das Escrituras, as trovas de Bandarra e um intenso amor a Deus. Nesta lógica de mundos delirantes, e como viu Fernando Gil nos seus estudos sobre Vieira, a profecia passa a ser “uma previsão histórica”. Vieira “vê” a profecia que narra, ou seja, vê no futuro a imagem de um tempo ideal que se ambiciona restaurar, tornando possível um paradoxo: fazer a história do futuro (1998: 442).

Da análise dos discursos propostos facilmente se vislumbra que a imagem de centralidade, definida por Camões em *Os Lusíadas*, vive paredes meias com aquilo que defini como discursos que, sendo imperiais, nos revelam Portugal como uma periferia imperial, seja na expressão real das suas carências como metrópole política e mental, seja na exorbitante imaginação de Portugal como metrópole de um império universal a haver. Ambas as formas habitam no discurso de centralidade e, por isso, constituem o humus imagético e ideológico que substancia a ideia imperial portuguesa - o “império como imaginação do centro”.

1.3 - Imagens de periferia – Portugal como periferia da Europa / Portugal como periferia imperial

Ao contrário do que seria imaginável, dada a dimensão do desastre e do mito que sobre ele se estabeleceu, Alcácer-Quibir não marcou o fim dos impérios portugueses em termos políticos e económicos (Sousa, 1981: 3) mas, com a perda da independência nacional, Portugal perdeu a sua nobreza, a sua burguesia empreendedora e a sua posição no concerto das nações europeias. Invisível na magna Espanha de Filipe II, Portugal ia vendo o seu império tornar-se um alvo fácil para as potências imperiais emergentes da Holanda e da Inglaterra. A Restauração, feita por uma aristocracia decadente, dependente da Inglaterra e sem apoios da burguesia empreendedora (entretanto sediada em Espanha ou no Brasil), não trouxe a pátria imaginada e desejada, mas antes a realidade de um país “barroco e beato”, sobrevivente pelas suas colónias. A imagem de subalternidade que a Europa, a partir de então, nos devolveu – ora em termos económico-sociais, ora em termos político-militares – é reveladora da imagem projectada por Portugal:

presentemente a grande glória de Portugal assenta na sua extensa e imensamente rica Colónia do Brasil na América do Sul; daí provêm vastos tesouros de Ouro e Diamantes, para além de imensas quantidades de excelentes açúcares, peles, drogas, tabaco, e fina madeira vermelha, etc. (Adam Anderson, 1740, *apud* Maxwell, 1995: 37)

A mesma ideia é confirmada por Chevalier des Courtils, que visitou Lisboa antes do terramoto de 1755:

Portugal é mais uma província do que um reino. Podemos dizer que o Rei de Portugal é um senhor das Índias residente numa terra europeia. Os vastos e ricos estados sob a sua soberania no Novo Mundo, com o Brasil, Rio de Janeiro, Baía de todos os santos, Goa, Madeira, em África, os Açores na Europa, tornaram-no um respeitável príncipe e colocam-no entre os grandes poderes marítimos da Europa, se considerarmos o valor das suas possessões coloniais. (Le Chevalier des Courtils, 1755, *apud* Maxwell, 1995: 48-49)

Esta passagem de Portugal de mediador de cultura e comércio, na saudosa imagem de Camões, a simples “correia de transmissão” entre as suas colónias e as nações europeias, nas palavras de Sousa Santos (1996: 130), representa a dimensão histórica portuguesa do que o sociólogo define, em termos contemporâneos, de Portugal como uma semiperiferia. A definição escolhida pelo sociólogo, para representar este processo de Portugal como uma periferia imperial e europeia (“correia de transmissão”), reflecte uma óbvia decadência, mas o movimento que ela guarda – das terras imperiais para a Europa – permite a Portugal imaginar-se no centro. Estamos assim perante a mais clara expressão do que tenho vindo a definir como

“o império como imaginação do centro”: Portugal existia através do seu império e, através dele, imaginava-se centro.

Porém a imagem de um Portugal derramado pelo mundo estava demasiado colada ao rosto e, por muito tempo, o desenvolvimento económico do Brasil e o dinamismo do comércio do Atlântico sul conferiram-lhe um tom de credibilidade. Por isso, mesmo a mais singular condição imperial, cumprida com a ida de D. João VI para o Brasil, foi vivida com naturalidade. Mas o que este gesto, simbólica e realmente acusa, é o reconhecimento político do descentramento económico do império português para o Brasil, tornando assim evidente a imagem de Portugal como periferia imperial. Contudo, e como sublinha Benedict Anderson (1996: 191), este vasto império era dirigido por um português. Na Constituição de 1822, a nação portuguesa ainda seria definida como a “união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios”, descrevendo-se o seu território de jurisdição como o *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve*, mantendo-se assim a designação de “Reino” relativamente ao Brasil, conforme tinha sido consagrado, em 1815, por D. João VI (Miranda, 2001: 68-69). Todavia, como é sabido, o sonho inscrito nesta constituição será de pouca dura e, em breve, D. Pedro redigirá a “Carta Constitucional de 1826”, assinada e impressa no Brasil, para um trono que não queria assumir, mas que lhe pertencia. Para além da importância contida no movimento desta carta – do Brasil para Portugal – simbólica e realmente confirmando um não assumido estatuto de Portugal como “colónia” do Brasil já independente e de um rei que abdica do seu trono europeu em favor de um império no Novo Mundo, nela fica consagrada a nação portuguesa como “O Reino de Portugal e Algarves”, com os seus territórios europeus, africanos e asiáticos, administrados por D. Maria, por abdicção de seu pai, D. Pedro I, “Imperador do Brasil” (Miranda, 2001: 115-116). Por toda esta trama económica, política e social, e como argumenta Valentim Alexandre, o processo de desagregação do império luso-brasileiro – ao apresentar, pela primeira vez e de forma conjugada, a imagem de Portugal como uma periferia imperial e como uma periferia europeia – “traz consigo a questão da própria identidade de Portugal e do seu lugar no concerto das nações” (1998: 45).

Pelo que foi dito, tornando evidente a intrínseca relação que existia entre império/nação, o projecto colonial africano português apresentava, em termos simbólicos e reais, uma maior complexidade teórica, anterior ao imperialismo europeu que determinou a corrida para África, influenciando de forma explícita o debate sobre a nação, que domina o século XIX. É portanto neste contexto de esvaziamento imperial, entre o Brasil e África, que a questão da formação do império africano, como uma nova “imaginação do centro”, tem de ser analisada.

2 - Entre o Brasil e a África: o Portugal Esvaziado

A grande fractura na imagem de Portugal provocada pela perda do Brasil, confirmada na irreversibilidade do tratado de 29 de Agosto de 1825, não deu origem imediata a uma literatura de luto ou histeria, como viria a acontecer, mais tarde, com a perda africana provocada pelo Ultimatum britânico de 1890. No entanto, esta fractura está na origem das grandes modificações políticas e sociais que atravessaram o século, expressas na melhor literatura da época que, de Garrett e Herculano a toda a Geração de 70, reflecte sobre a identidade da nação portuguesa.

A reinterpretação da história de Portugal proposta por Alexandre Herculano e o percurso garrettiano de busca de um caminho português, traçado desde *Portugal na Balança da Europa* (1830) e *Frei Luís de Sousa* (1843) a *Viagens da Minha Terra*, lançavam os fundamentos desta reflexão. Mas o que é que estes espíritos esclarecidos encontraram na viagem que empreendem à volta de nós mesmos? Numa palavra poderíamos dizê-lo: vazio, um país destroçado pela guerra civil, dominado pelos “barões” e esvaziado de sentido nacional, de projecto e aventura, como o vê Garrett. Mais tarde, a Geração de 70 daria os contornos escatológicos a este primeiro retrato garrettiano, usando as conhecidas metáforas organicistas da nação, próprias de uma geração que pensava ao ritmo europeu da época. Entre o Brasil perdido, a África desconhecida e a Europa-miragem, esta geração encontra igualmente um Portugal esvaziado, distante da ideia e da ciência do século, manipulado ao sabor dos interesses estrangeiros e sem força e alma de aventura. Mas não era só a alma esvaziada do “Portugal Ninguém” de Garrett que nos seus discursos era posta a nu: era todo o corpo da nação doente representado na metáfora da nação “decrépita e louca” de Oliveira Martins.

Estas posições intensamente críticas entram em choque com os sectores mais tradicionais que viam neste “despir da pátria” feito pela Geração de 70 uma verdadeira traição. Exemplo desta tensão, em que se definem as duas grandes linhas de orientação, é o texto “Brasil e Portugal” e a polémica subsequente que opôs Eça de Queirós e Pinheiro Chagas.⁷ Resumidamente, nestes textos traçam-se duas visões da nação: uma via tradicionalista, protagonizada por Pinheiro Chagas, que se enternecia na contemplação das glórias da história nacional e apontava para uma linha imperialista vagamente situada em África, na continuidade do que Portugal tinha sido; e uma outra, defendida por Eça de Queirós

⁷ A polémica teve por base uma crónica de Eça, publicada na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em 31-10-1880, intitulada “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, inserida postumamente em *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, sob o título de “O Brasil e Portugal”.

e professada pela Geração de 70, que apontava para um novo modelo de desenvolvimento de Portugal, consubstanciado na reterritorialização e mesmo na venda das colónias, para rumar a uma aproximação de Portugal ao grau de desenvolvimento das nações da Europa.

É entre estas duas pulsões – o “sonho europeu”, por um lado, e o “sonho português imperial”, por outro – que a questão de África é discutida pelos homens do século XIX. Nestas duas vertentes do pensar Portugal, à luz dos problemas do século, reelaboram-se duas imagens essenciais do país que vão ser determinantes na gestação do projecto africano em termos europeus – a imagem de Portugal como centro, dada pela sua posição pioneira nos Descobrimentos, evocada por variados sectores; e a imagem de Portugal como periferia europeia, reflectida, por um lado, em todo o pensamento da Geração de 70 e, por outro lado, na posição de fragilidade de Portugal nas relações com a Europa imperialista. Mas como é que o Portugal decadente, no auge da sua auto-flagelação nacional e com uma intelectualidade que tinha o Brasil como “colónia espiritual” (Pessoa, 1978: 233), construiu, apesar de tudo, o império africano? Como argumenta Valentim Alexandre, não se pode ocultar a complexidade do império luso-brasileiro e, num salto ciclópico para o passado, ver no império africano a expressão de um simples desejo de manter as glórias passadas situadas na mítica Índia (1980: 319-320); ou, como pretendem alguns historiadores, ver no império africano português, um simples desentendimento entre as partilhas das grandes potências europeias que, não chegando a acordo, preferiram deixar os disputados territórios nas mãos de Portugal (Hobsbawm, 1987: 18). Se ambas as afirmações têm a sua parte de verdade, verdade é também que a complexidade teórica da questão ultrapassa explicações monocausais e ultrapassa o espaço geográfico Portugal-África para adquirir toda a dimensão da ruptura brasileira que perpassa o século e que se reflectirá tanto na concepção do império africano de um ponto de vista prático e simbólico, como na presença política portuguesa na Europa. Este é um dos aspectos que mais particulariza o imperialismo português –imperialismo de semiperiferia, poderíamos dizer, adaptando o conceito de Sousa Santos – e que o torna simultaneamente tão sólido, em termos de imaginário nacional, e tão frágil, nos cenários políticos em que realmente se joga enquanto império sempre identificado “com a defesa da própria independência” (Telo, 1991: 20):

Portugal ou há-de ser uma potência marítima para ser potência colonial, ou há-de fatalmente deixar de ser um povo independente. (Simões Raposo, *apud* Guimarães, 1984: 51)

Esta frase, pronunciada por um representante da “burguesia de negócios de estrato médio, intelectuais e oficiais do exército (...) consciente da viragem para África que então se processava na Europa”, revela uma linha política que procurava em África não só uma compensação pela perda do Brasil, mas também uma subida qualitativa no desenvolvimento económico do país. Para esta elite, ligada à Sociedade de Geografia de Lisboa, uma colonização em África, cientificamente organizada e de exploração económica de tipo moderno, era “a única maneira de atingir a independência económica do país”, promover o seu desenvolvimento industrial e garantir a sua própria independência política pela defesa da integridade da nação e do império (Guimarães, 1984: 226-227). Pronunciada também por diversos sectores mais tradicionais – que a título de fatalidade a repetiam com base num argumento ora puramente histórico, ora oligárquico, mas, em termos modernos, esvaziado – ela confunde-se, sobretudo no pós-Ultimatum, com o sentimento geral da nação, aparecendo como uma ideologia catalisadora dos interesses nacionais, que acena com os fantasmas da independência da nação e se prolongará ao longo de todo o Estado Novo. No entanto, na sua base, estão políticas coloniais e projectos nacionais diferentes.

Mas o que era de facto essa terra onde se preconizava um novo império?

Na verdade, um extenso “império teórico” (Telo, 1994: 201), pensado na metrópole como uma vaga terra distante, ligada a escravos, doenças e degredo, e de onde chegavam os livros dos homens de ciência que faziam as grandes viagens de exploração ou notícias de guerras com que Portugal procurava afirmar uma estratégia geo-política, local e internacional, determinante para o seu lugar em África e o seu correspondente peso na “Balança da Europa”. Mas era ali que a imagem imperial podia ser recuperada (Telo, 1991: 20) e sobre ela caíam os mitos e as políticas que nos faziam de novo, através do império, imaginar o centro, como se iria ver no traçar do mapa cor-de-rosa – o império português de costa a costa, desenhado em 1886, na sequência da Conferência de Berlim. A ideia de um Brasil em África, de que o mapa cor-de-rosa era expressão, é assim uma ideia portuguesa que obedece aos impulsos imperialistas europeus da época, mas que falha porque esquece a dimensão da metrópole, ou seja, a realidade decadente e dependente do país periférico que era Portugal. Traçado sobre uma dimensão imperial simbólica, sem ter em conta as dimensões políticas e económicas que o representavam, o mapa cor-de-rosa era mais uma visão do império como uma imaginação do centro, como o Ultimatum Britânico viria a demonstrar. “Curto e seco”, como o definiu Eça de Queirós, o célebre documento punha fim ao sonho português do mapa cor-de-rosa e

dava lugar à consciencialização da posição periférica de Portugal na Europa, por um lado, e, por outro lado, de que a nação havia chegado ao extremo da decadência.

Nas reacções literárias mais imediatas – *Troça à Inglaterra*, de Gomes Leal, e *Finis Patriae*, de Guerra Junqueiro, ambos de 1890; e principalmente de *Pátria*, 1893 – o momento traumático do Ultimatum era a prova a passar para ascender ao renascimento da pátria que se cumpriria numa nova ordem política, a República; para os homens da Geração de 70, o Ultimatum era o momento detonador de um novo espírito nacional, preconizado desde as Conferências do Casino⁸; e, mais ou menos para todos, o império era agora matéria colocada no plano do transcendente histórico e político, apontando para um Portugal vindouro, imperialista por excelência, abrindo assim espaço para a reelaboração de uma ideologia imperial que combinava a ideologia colonial europeia do século com a linha imperial portuguesa, que via os territórios coloniais como parcelas sagradas do território nacional. No entanto, percorrendo os grandes textos de reacção ao Ultimatum e analisando as actividades promovidas, cabe perguntar: Onde estava o império, a África, afinal o motivo de tão grande humilhação? O reflexo literário de uma ideologia imperial, ligada à imagem de África saída do Ultimatum, aparece, não nos grandes textos de reacção ao Ultimatum acima referidos, mas antes numa poesia de carácter circunstancial e em *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queirós.

Na linha proposta por Oliveira Martins, em *Portugal em África*, Eça de Queirós envia para África o seu herói, Gonçalo, com o objectivo de construir algo economicamente viável para regenerar o país. Gonçalo parte para Moçambique a bordo do paquete *Portugal* e regressa tendo como plano restaurar a sua velha casa portuguesa. Mas o que a obra de Eça já anuncia é a vasta significação de que o regresso do seu protagonista é espelho: Gonçalo regressa rico das terras imperiais de Moçambique ao Portugal metropolitano, mas este é também um regresso à terra original, provinciana, e aos seus valores sociais e políticos arcaizantes, dentro de uma sociedade em mudança. Se à leitura de *A Ilustre Casa*, na sua dupla e ambígua dimensão desterritorializante (a ida de Gonçalo para África) e reterritorializante (o regresso a Portugal), associarmos o tom melancólico da correspondência de Fradique Mendes (os textos “Europa” e “Europa em Resumo”, ambos de *Notas Contemporâneas*), temos no último Eça, em diálogo com Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, a antecâmara dos movimentos que iriam dar resposta à angústia moderna

⁸ Sobre tudo isto, ver o estudo de Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração – o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular* (Lisboa: Cosmos, 1996).

plurifacetadamente vivida – ora na evasão provinciana dos neo-garretianos, ora nas evasivas criações exorbitantes de Pascoaes de um Portugal “literalmente fora do mundo” (Lourenço, 1982: 107), ou na superação do “português-ninguém” pelo assumir do “português-ninguém, imerso e dissolvido no universal de todos” (Lourenço, 1982: 120), proposta por Campos/Pessoa, rumo ao Quinto Império. Não estamos aqui perante a construção de contra-imagens, mas de imagens que dialecticamente dialogam com a interpretação da realidade de decadência, feita pela Geração de 70, e a que o Ultimatum, com toda a sua espectacularidade dramática, tinha juntado a certidão de autenticidade. O positivar da ideia de decadência que une estas propostas, bem como o Sebastianismo que lhes subjaz, é de interpretação problemática, na medida em que veicula, ora uma atitude reaccionária – na visualização dos neo-garretianos de reencontrar o “autêntico Portugal” na preservação de situações sociais e económicas arcaicas – ora em atitudes potencialmente revolucionárias – nas visões de Pascoaes e Pessoa. Na visão dos dois poetas da *Águia*, o facto de Portugal ter tido impérios conferia à alma portuguesa o seu carácter universal, capaz de alimentar toda a criação da “Era Lusíada” de Pascoaes, que Pessoa reinventaria no mito do Quinto Império.⁹ Mas tal como o Quinto Império de Vieira, a proposta imperial de Pessoa afirmava a falha do império real (“As colónias portuguesas são uma tradição inútil” [Pessoa, 1978: 305]) e, por isso, à maneira de Vieira, a restauração do império far-se-á, por deslocamento, na imaginação de um império espiritual.

Ao contrário de Garrett, que investiu politicamente na inversão da viagem camoniana contida na metáfora “Tejo arriba”, e ao contrário dos neo-garretianos, que injustamente tomaram o nome de Garrett por também empreenderem uma viagem para o interior do país, Pessoa empreende a viagem ao interior da alma portuguesa, lançando-se, via Álvaro de Campos, na busca “das Índias que não vêm no mapa”, e, em seu próprio nome, na epopeia da alma, em *Mensagem*, onde Portugal não é mais centro nem fronteira de uma história vivida à escala planetária, mas mito, ou seja, imagem do “nada que é tudo”.

Para Pessoa, Portugal não era já, à semelhança das grandes nações europeias, um somatório de partes formando um todo imperial, mas antes, como viu Caeiro, a natureza, um conjunto de “partes sem todo” (Caeiro/ Pessoa, 1977: 226-227); ou, como diz Pessoa em *Mensagem*, um espaço onde “Tudo é disperso, nada é inteiro” (Pessoa, 1977: 89); e é neste aspecto fragmentado e descentrado, atingido pela pátria portuguesa espalhada pelos quatro

⁹ Ver Manuel Patrício, *O Messianismo de Teixeira de Pascoaes e a Educação dos Portugueses* (Lisboa: INCM, 1996), capítulos III, IV, V e VI.

cantos do mundo, que reside o seu “poder ser”. Com Pessoa, Portugal colocava-se na vanguarda dos novos impérios do Ocidente, como aliás Camões tinha feito, num outro contexto e aspirando a outra forma de império. No momento em que “os mandarins da Europa” (Pessoa, 1980: 113) se encontravam em abraços de guerra, fazendo explodir, em termos modernos, a situação “medonha” da Europa (antevista por Eça de Queirós) e desfazendo-se metafórica e literalmente em “cacos pelo ar” (como Junqueiro tinha anunciado), só a pátria que se soube sonhar à escala planetária podia empreender, mais uma vez pioneiramente, a “equivalência” moderna “das Descobertas”. De um ponto de vista externo, esta celebração imperial encontra a sua ancoragem ideológica no Atlantismo que, como apontou Maria Irene Ramalho, se exprime, de um ponto de vista cultural, na reimaginação do centro pela “utilização das Descobertas não só como metáfora poética, mas também como veículo de ideologia” e, de um ponto de vista político-económico, na reafirmação do centro – representado nos valores “universais” do Ocidente – ao resto do mundo (1993: 117). Privilegiando a diferença cultural que a condição de fronteira conferia à nação portuguesa e, na linha de Vieira, unindo-se mentalmente ao Brasil pela língua, Pessoa promete o novo império português em *Mensagem*, antevisto sob a valorizada metáfora do “nevoeiro” – “Oh Portugal hoje és nevoeiro./ É a hora!” (Pessoa, 1977: 89). Desta forma passamos da imagem da “pátria doente e moribunda”, que dominou o imaginário da segunda metade do século XIX, à imagem da “pátria enigmática”, promessa de futuro; da imagem da grandeza pátria, reflectida num grande império territorial sempre saudoso do Brasil, à imagem de grandeza pátria derramada num império espiritual universal; ou, por outras palavras, de uma ordem imperial económica e política a um imperialismo como “facto mental” (Pessoa, 1993: 231), baseado portanto não na natureza política e no poder económico da nação que o lidera, mas na sua diferença cultural – não na durabilidade, mas na atemporalidade.

À semelhança das outras grandes ideias imperiais com que dialoga – a ideia imperial manuelina, *Os Lusíadas*, o Quinto Império de Vieira – a proposta imperial pessoana ergue-se como uma grande síntese das ideias dos finais do século XIX que o choque estético do início do século empurra definitivamente para a modernidade, tornando a sua mensagem na nova expressão do império como imaginação do centro, com a qual gerações de poetas, ideólogos e políticos têm vindo a dialogar: não no sentido de uma saudade imperial territorial, mas antes desterritorializada, como a viveu Pessoa, ao privilegiar, dentro da ideia imperial europeia e portuguesa, o humanismo que lhe subjaz, em detrimento do poder territorial, económico e político que a alimenta – o sonho, em detrimento da realização, o desacontecer, em detrimento do acontecer – afirmando-se assim como uma expressão globalizada, *avant la lettre*, do que

havia sido o império, uma expressão em que o conceito de imaginação se acentua e a ideia de centro se modifica.

2.1 - O Isolamento Estado Novista ou as novas rotas do “império como a imaginação do centro”

O Estado Novo, instalado no poder na sequência do golpe militar de 1926, vai dar corpo político, social e económico ao movimento de regresso a um universo português ruralista e socialmente arcaico, determinando uma política nacionalista (apelativa da tradição, da história, do império, dos valores morais católicos, da ordem e da unidade nacional) e opondo-se a movimentos internacionais, o que justificava o afastamento sucessivo de Portugal dos centros europeus de decisão política. A pedra angular desta ressurreição nacional far-se-á pelo regresso aos valores iniciais da aventura imperial portuguesa, reforçando, na ideologia imperial, a vocação ecuménica cristã dos portugueses para civilizar e evangelizar. Assim, à sacralização do império como entidade e herança mítica e histórica dos tempos do mapa cor-de-rosa, do Ultimatum e da República, juntava-se agora a sacralização do império como espaço de missão cristã (Alexandre, 1995: 39-52):

O conceito de nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora. (Salazar, 1963: 4)

Mas na verdade, e apesar da propaganda do Estado Novo, Portugal não era a terceira ou a quarta potência mundial no concerto das nações. De fora, Portugal era uma metrópole “pequena, pobre, atrasada e quase incapaz de se defender”, com um império “espalhado por três partes do mundo”, como o viam os europeus (Louçã, 1997: 5). O que de facto tinha mudado era o modo como Portugal se via a si mesmo, de que decorria um outro modo de Portugal olhar para a Europa e da necessidade de se comparar e relacionar com ela. Enquanto para os políticos do século XIX e para os Republicanos, a Europa era vista como centro ao qual Portugal, através do império, “imaginava” pertencer, no tempo de Salazar, a marginalização de Portugal pela Europa mantinha-se, mas era agora bilateral. Na política externa de Salazar, o afastamento da Europa era uma opção ideológica e política, baseada na convicção de que a Europa só “conspirava contra Portugal” e na ideia de que a singularidade da identidade portuguesa só se poderia cumprir no interior da história que a tinha construído, ou seja, na união de Portugal e do seu império (Alexandre, 1993: 1120 e 1135).

Mas, como nos mostrará alguma literatura colonial e bem ao contrário da imagem projectada na Exposição do Mundo Português de 1940 (onde se redesenhou Portugal como

nação imperial e se consagrou o regime como o legítimo herdeiro e defensor da missão civilizadora de Portugal no mundo), a inconsistência desta renovada forma de “império como imaginação do centro” era notória. Após livros como *Terra Morta*, de Castro Soromenho, e *Natureza Morta*, de José-Augusto França, ambos de 1949, após o início de um movimento literário vasto e difuso da africanidade, após a Segunda Guerra Mundial, após o início do movimento de descolonização, de que império (de que África) poderia Portugal continuar a ser e a imaginar-se centro?

Criando aquilo a que chamarei, aproveitando as palavras de Ana Calapez Gomes (1989), um “novo Encoberto” (e que tem início com a revisão constitucional de 1951) que, ao modificar a exterioridade imperial portuguesa, abria as portas para uma nova etapa do império como imaginação do centro. O sub-texto desta revisão encontra-se nas teses do luso-tropicalismo do brasileiro Gilberto Freyre e, assim, uma “história de cinco séculos de colonização” era convertida em “cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes”;¹⁰ uma sociedade colonial, em “plurirracial”; uma nação imperial, em “pluricontinental”; as colónias, em “províncias ultramarinas”; e a singular missão de civilização portuguesa, na não menos singular “integração portuguesa nos trópicos”. Como aponta Yves Léonard, Gilberto Freyre, ao identificar “os fundamentos do luso-tropicalismo” (miscigenação, fusão cultural, ausência de preconceito racista) com o papel histórico de Portugal, dava o nó sagrado entre essa herança e aquilo que, segundo as suas observações, era uma especial e única apetência do português para “confraternizar lírica e franciscanamente com os povos dos trópicos” (Freyre, 1953: 99; Léonard, 1999: 42). Ao fazê-lo, no âmbito da ideologia colonial do Estado Novo, o discurso de Gilberto Freyre era apropriado pelo Estado Novo para designar aquilo que tinha sido definido, nos anos 30 e 40, como uma “mística imperial” numa “mística luso-cristã de integração” (Léonard, 1999: 42). Mas porventura o que consagra a adaptação deste discurso brasileiro a um discurso português e imperial é o tom providencial e messiânico em que é anunciada a “nova ordem” (Castelo, 1998: 37). À semelhança do Quinto Império de Vieira ou de Pessoa, o luso-tropicalismo é uma identidade em construção. O tom providencial em que o discurso é transmitido confere à mensagem nele contida um carácter profético e visionário que seduz mais ou menos todos os quadrantes políticos. O apelo aos signos do império, cantado por Camões na sua multiplicidade territorial, e o eco pessoano de promessa imperial no futuro nele contido oferecem a este discurso uma ancoragem cultural de fundas raízes no imaginário imperial português e,

¹⁰ Citado por Cláudia Castelo, in Rosas e Brandão (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo* (Lisboa: Círculo de Leitores) I, p. 191.

paralelamente, lançam-no para uma espécie de mundo global *avant la lettre*, expresso no “sistema transnacional de cultura, de economia, de política”, de que falava Gilberto Freyre (1958: 27).

Seguindo esta lógica, o lusotropicalismo seria um exemplo pioneiro desta nova ordem – em que as metrópoles não seriam centro nem fronteira – pela transformação do império nas “partes sem todo”, de que falava Alberto Caeiro. Assim se relia uma herança histórica no presente, se cristianizava e moralizava toda a espécie de erotização veiculada pelo enaltecimento da mestiçagem (Geffray, 1997), transformando mistura sexual ou amorosa em actos de dádiva e partilha cristã; assim se consagrava o nada lusotropical Salazar – descrito por Gilberto Freyre como “um grande homem de governo (...) ascético, metódico”, isolado no seu gabinete de trabalho “sem mulher, nem alva, nem de cor. Sem filhos: nem brancos, nem mulatos. Sem genros que lhe comprometam a acção ou a dignidade de homem público” (Freyre, s.d./ a: 183) – e se transformava um discurso, nascido algures na costa brasileira das terras do açúcar, num discurso português, cristão, em que o tom messiânico ganhava, na voz de Salazar, os contornos de um “novo encoberto”, que colocava Portugal no centro do mundo.

Num “estilo de ficção”, conjugado num “nós” tribal que comprometia todos os portugueses e cujo distanciamento da realidade levou Fernando Piteira Santos a interrogá-lo (designando-o como “cândido” ou “cínico” [1985: 265]) e Charles Boxer a denunciá-lo como falso¹¹, Salazar anunciava o mito da nação pluricontinental e pluriracial. Aprisionando um país, pobre e isolado, num discurso que apelava a sedutoras memórias nacionais, a imperativos morais tão transcendentais como a preservação dos valores do Ocidente europeu, e trazendo proféticas promessas de uma grandeza futura, Salazar oferecia aos Portugueses uma pátria única, exemplar e feliz, cobiçada pelos estrangeiros. Ao exterior, Portugal era apresentado como o país portador de uma missão providencial de importância capital na preservação dos valores cristãos ocidentais em África, pela criação de sociedades multirraciais como a única esperança de salvação. Como exemplo desta capacidade criadora portuguesa, apresentavam-se as sociedades de Goa e Cabo Verde, mas fundamentalmente o

¹¹ Cfr. o texto de Salazar, retirado de uma entrevista à revista *Life* e citado por Charles Boxer, no seu livro *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825*: “Estes contactos jamais envolveram a menor ideia de superioridade racial ou discriminação... Pode-se assim dizer que a característica principal da África portuguesa – apesar dos esforços empregados em muitos sectores para atacá-la com palavras e acções – é a primazia que sempre demos e continuaremos a dar à intensificação do valor e da dignidade do homem, sem distinção de cor ou credo, à luz de princípios da civilização que nós levamos às populações que em todos os sentidos estavam aquém de nós” (Boxer, 1963). O livro de Boxer denunciava, com rigor histórico, as práticas raciais do imperialismo português. Em 1963, esta citação dava o tom necessário para converter a posição de Boxer numa atitude de denúncia do regime salazarista. A citação provocou a fúria de Salazar, ataques de Armando Cortesão e a interdição da sua obra, que só foi publicada em Portugal depois de 1974. Ver Newitt, 2000; Oliveira, 2000: 10.

Brasil (Gomes, 1989: 74), sonho adiado desde o século XIX, e que agora se afirmava como país de futuro. Nas palavras de Adriano Moreira, num discurso proferido em 1961, na qualidade de Ministro do Ultramar, perante os soldados mobilizados para a Guerra Colonial:

queremos sublinhar perante a comunidade das nações a decisão nacional de continuar a política de integração multirracial, sem a qual não haverá nem paz nem civilização na África Negra (...) uma política cujos benefícios estão documentados pelo maior país do futuro que é o Brasil (Moreira, *apud* Almeida, 2001: 177)

A adaptação do luso-tropicalismo à política externa – nomeadamente à Europa, a braços com as suas descolonizações e entalada entre a hegemonia económica dos Estados Unidos e o perigo comunista da URSS – far-se-ia, primeiro, pela defesa da manutenção do “baluarte ibérico” (Telo, 1998: 335), mas, depois, alargar-se-ia a toda a Europa, defendendo que o futuro da Europa e da civilização cristã ocidental passava pela criação de um espaço euro-africano, sem o qual seria difícil à Europa sobreviver entre as duas potências saídas da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, Portugal, nação pluricontinental e criadora das sociedades multirraciais (de que o Brasil, apresentado por Gilberto Freyre, era exemplo), surgia de novo no centro do mundo, apontando à Europa o caminho a seguir para a criação da “EuroÁfrica” e, desta forma, contornar o problema das descolonizações. Reconhecendo assim uma importância imensa a África, mas confirmando a sua visão colonialista, não lhe atribuindo qualquer autonomia ao fazê-la depender da Europa, Salazar repetia, o que chamava, “uma velha ideia”:

a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia. Isto quer dizer que grande parte da potência europeia se pode perder com os territórios africanos, ou o que é o mesmo, a Europa pode ser batida em África. (Salazar, 1967: 65)

De um país imperial fechado sobre si mesmo, Portugal passava a país farol das teorias de equilíbrio europeu (Gomes, 1989:75), afinal como nesse tempo ideal em que Portugal partia para disseminar a Europa por todos os cantos do mundo. Nestes “regressos adaptados” parecia estar descoberta uma nova “fórmula mágica” (Gomes, 1989: 75) para Portugal voltar a ser uma grande potência mundial. Mas esta era também a fórmula, também ela “mágica”, que Salazar tinha encontrado para a conservação intransigente do seu regime colonialista que toda a evolução do mundo negava. E é esse aspecto que o distancia em absoluto dos apelos universalistas diversamente imaginados, dos impérios de Vieira, de Pascoaes ou Pessoa, que situam Portugal no centro desse império (ou pós-império?) mundial a haver. Estes nunca

exigiram os sacrifícios humanos a que o império de Salazar apelava e, por isso, as apropriações que deles foram feitas pelo regime tornaram-se a marca cultural de uma imoralidade mais vasta, política e ideologicamente concebida, que amordaçava Portugal e o seu império.

O inglório epitáfio do império português não se ficou, portanto, pelo discurso do lusotropicalismo, que aliás ainda hoje alimenta o discurso político.¹² O epitáfio do império português foi antes escrito por um discurso de guerra, inerente à intolerância ideológica do regime que a sustentava (e que ela sustentava),¹³ ainda que disfarçado por um discurso lusotropical. A guerra seria o desfazer desta ficção e o início do caminho de regresso de Portugal, como “*potência mundial imaginária, a País real; de Império mítico, ou de futurante Império, a Pátria actual*” (Piteira Santos, 1985: 267).

3 - Epitáfio para os impérios: a literatura da Guerra Colonial

Os acontecimentos de 1961, com o início da guerra em Angola, questionavam pela primeira vez, e de forma global, a sociedade portuguesa sobre o seu posicionamento relativamente ao chamado mundo português. Mas, apesar do violento cenário e bem ao contrário do século XIX, nesta época não havia, ou parecia não haver, uma consciência colectiva de crise. Com uma opinião pública desinformada e controlada, distante dos problemas africanos, mas educada numa “mística imperial”, foi possível ao regime adicionar à tradicional mitificação da acção colonizadora portuguesa a mitificação das próprias Forças Armadas e da sua acção, a que não faltava o apoio efectivo da Igreja, legitimando assim a posição de Salazar, celebrizada na frase – “Para Angola rapidamente e em força” – e, com ela, a inevitabilidade do conflito armado.

Pelas vozes poéticas de Fernando Assis Pacheco (com *Cuidar dos Vivos* [1963] e *Catalabanza, Quilolo e Volta* [1972/ 1976]), José Bação Leal (com *Poesias e Cartas* [1967]) e Manuel Alegre (com *Praça da Canção* [1965] e *O Canto e as Armas* [1967]) começaram a chegar à metrópole as notícias do bloqueio africano. A esta poesia juntar-se-iam, no final da década de 60 e princípios de 70, os textos em prosa de Álvaro Guerra (*O Disfarce*, [1969]) e

¹² Ver Michel Cahen, “Des Caravelles pour le Futur? Discours politique et idéologie dans l’ “institutionnalisation” de la communauté des pays de langue portugaise”, *Lusotopie* (1997), 391-433; Isabel Féris Cunha, “Nós e os Outros nos Artigos de Opinião da Imprensa Portuguesa”, *Lusotopie* (1997), 435-467; Jochen Oppenheimer, “Realités et Mythes de la Coopération Portugaise” *Lusotopie* (1997), 469-478; Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, *O Mundo em Português – um diálogo*, (Lisboa: Gradiva, 1998).

¹³ Para um exemplo deste discurso ver João de Melo, *Autópsia de Um Mar de Ruínas* (Lisboa: Dom Quixote, 1992: 177-178).

de Modesto Navarro, (*Memórias de um soldado que não foi condecorado* [1972]). Estes foram os primeiros textos que vieram inquietar o sossegado Portugal sonâmbulo, sentado nos seus valores de um humanismo e colonialismo descansado, ao fazer chegar à metrópole o grito de libertação de África e o apodrecimento físico e moral a que o país entregava a sua juventude. Trata-se de textos ex-cêntricos na medida em que não só não subscrevem as visões do centro, como o interrogam e põem em causa a partir da periferia imperial. É nessa linha que os defino como uma forma de “writing back to the centre”. Este é também o sentido de um originalíssimo texto pretensamente vindo de outras eras e de Moçambique pela mão de Frey Ioannes Garabatus Dias, intitulado *As Quybyrycas*.¹⁴ Não é difícil ver, logo no início da leitura deste poema “de estâncias à maneira de Camões em que há falas del-rei D. Sebastião” (Sena, 1991: 28), a intertextualidade com o poema épico de Luís de Camões. Não é difícil também ver na história do reinado de D. Sebastião, que culmina no desastre de Alcácer-Quibir, uma parábola da situação de guerra do tempo em que o poeta vive (Oliveira, 1987: 9): a Guerra Colonial, decretada pelo “senhor da lusitana casa”, a quem o poema é dedicado pela voz de um “Camões em Restelo”, ou seja, de um poeta imbuído do mesmo desejo de cantar a verdade que havia tido o autor de *Os Lusíadas* (Rebelo, 1987: 24):

Só o luso não vê que isto assim é.
Olhando o mundo como quinta sua
supõe-se dominando essa mercê
que lhe caiu do céu em meio à rua.
(...)
O esforço que nas índias extenua
exige o abandono dessas praças
que no norte Africano deixam nua
cicatriz onde outrora verdes graças
de laranjal e horta e praça e rua
eram orgulho das berbéres raças. (Garabatus/Quadros, 1991: canto dois,
CLXXVII: 87 e canto cinco, CDXXIII: 158)

Como Diogo do Couto, de *O Soldado Prático*, ou Fernão Álvares do Oriente, de *Lusitânia Transformada* – que das periferias imperiais da Índia do final do século XVI interpretaram a “apagada e vil tristeza” em que o grande épico viu o seu reino mergulhado – o poema de Frei Ioannes Garabatus, vindo das periferias imperiais dos anos 70 assoladas pela guerra, procurava também interpretar o sentido de espera e sonambulismo que se vivia no “reino” de Salazar/ Caetano. Ao fazê-lo a partir da metáfora de Alcácer Quibir, e na

¹⁴ Frey Ioannes Garabatus Dias é pseudónimo de António Quadros, também autor de *Eu, o Povo*, sob o nome de Mutamati Barnabé João.

perspectiva histórica e moral em que o poeta se colocava, “o poema não era de facto sobre uma derrota militar de gravosas consequências, mas um assumir a consciência do insucesso e das acções que o determinaram” (Rebelo, 1987: 23).

Para além de todas as interessantíssimas linhas de leitura que este poema nos sugere, interessa-me aqui assinalar particularmente o registo do movimento que ele nos traz: não se trata mais do barco que parte do cais deixando o país vazio, mas antes do movimento de um barco que volta da periferia imperial para o centro e que traz a pátria morta – “Aqy jaz quem foi rey de Portugal” (Garabatus/Quadros, 1991: 353). Ora esta mudança de sentido, que acusa um descentramento, torna-se ainda mais relevante pelo seu sentido duplo: não é apenas o barco que cumpre este movimento, mas também o próprio discurso que é poema. À semelhança de *Lusitânia Transformada*, também *As Quybyrycas* foram escritas do exílio imperial num tempo de pressentida viragem; também nelas se transfere o centro da nação imperial portuguesa para a periferia, e será também aí que o poeta irá descobrir a sua nação esvaziada ou, dito de outra forma, “o império como imaginação do centro”. No entanto, e diversamente da obra pós-renascentista, em *As Quybyrycas*, aquilo que se pretende construir como futuro aponta para uma nova ordem de fraternidade e de reconhecimento do Outro, que situa o discurso numa ordem moderna. O poema é de facto um aviso à metrópole, não apenas sobre a existência do Outro, mas principalmente sobre a sua própria fragilidade e ilusão de centralidade, assumindo-se assim como um particular “writing back to the centre”. Este texto, de características muito especiais em relação à maneira como o autor forja a identidade do tempo em que situa o seu poema e a sua própria identidade civil e artística, é, neste aspecto, convergente com os textos acima citados, escritos, na sua maioria, pelos metropolitanos que foram para África combater na Guerra Colonial e que de lá enviaram as *notícias do bloqueio* africano, deslocando o centro da nação imperial, que eles próprios representariam, para a periferia imperial, tornando assim o império e a experiência nele vivida numa referência que transforma o olhar sobre Portugal. Mas enquanto *As Quybyrycas* são escritas de um escolhido exílio imperial moçambicano, os textos que nos dão testemunho da Guerra Colonial são escritos por metropolitanos em “exílios compulsivos” e escritos do centro de uma estrutura especialmente criada para defender o centro imperial através da perservação das suas colónias, o que acrescenta um elemento potencialmente avassalador a este outro “writing back to the centre”. A latente relação espacial, contida neste movimento, transforma-se, nos textos, numa relação semântica que se reflecte na própria estrutura das obras: obras que, dando notícias do que estava a acontecer na periferia do império, interpelavam e falavam do centro, constituindo-se assim, embora diferentemente de *As Quybyrycas*, como sérios avisos a uma

metrópole que tinha conduzido os jovens do seu país a esta complexa posição de excentricidade – estar dentro, mas de fora; ser cúmplice, mas crítico – convertendo-os em exilados de si próprios. Assim, se *As Quibyrycas* constituem um epitáfio para uma nação que se esgotou na perseguição de uma imagem imperial – como encontramos em *Lusitânia Transformada*, embora sem a dimensão algo paradoxal da celebração saudosa do império que esta também faz – a literatura da Guerra Colonial, apelando a metáforas de fim semelhantes no imaginário imperial português (como a emblemática atmosfera de Alcácer Quibir), é a escrita dolorosa, individual e colectiva, desse epitáfio.

Seria de facto desses “cus de Judas” africanos, como lhes chamou Lobo Antunes, e numa subversão da ordem e do movimento institucional imperial – mas, de forma semelhante ao que já acontecera com o Brasil no século XIX – que acabaria por vir a mudança consumada pelo acto político de 25 de Abril de 1974, cumprindo-se assim o movimento impresso no sentido dos textos de José Bação Leal, Assis Pacheco, Manuel Alegre e Frey Ioannes Garabatus. A resposta política a estes textos surgiu logo no primeiro considerando da *Proclamação e Programa do MFA*, quando aí se declara que o 25 de Abril se fundou no facto de o regime não ter, “ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar”, conseguido definir, “concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos” (*apud* Silva, 1997: 161). Por isso o 25 de Abril não foi a libertação singularmente pacífica como todos rapidamente a quiseram ler no encantamento da nossa jovem democracia.

Resultado de uma crise de espaço social e político interno, que reflectia e era simultaneamente resultado da grande crise de espaço da nação portuguesa que em África teve o seu palco sangrento, o 25 de Abril seria, antes de mais, o fim da ditadura e o momento de regresso de Portugal ao seu espaço europeu, depois de cinco séculos a imaginar o império, onde se projectara a grandeza e a riqueza, e através do qual Portugal se foi imaginando centro.

Após o 25 de Abril, passámos de “nação colonizadora por excelência” a “país criador de novas nações” (Lourenço, 1984: 26), havendo neste parto, não mais definido como tal, o fundamento de redenção necessário à nossa jovem democracia. Mas, diferentemente do século XIX, onde acabámos por ir exorcizar a perda de um império noutra, o movimento do 25 de Abril trouxe, como imagem essencial, o fim de Portugal como nação imperial, desde logo expresso nas primeiras obras da Guerra Colonial do pós-25 de Abril, que unanimemente repudiam essa imagem-mito que a tantos sacrifícios reais e recentes tinha levado, definindo esse espaço imaginário como *Lugar de Massacre*, na narrativa de José Martins Garcia (1975), um *Cus de Judas*, para Lobo Antunes (1979), ou um lugar de onde se traz a *Memória de Ver*

Matar e Morrer, de João de Melo (1977). A ideia de fim, que perpassa estes primeiros testemunhos da Guerra Colonial, será amplamente confirmada em múltiplas ficções e crónicas a partir dos anos 80: “Para mim Portugal acabou” (Abelaira, 1979: 199); “A Guiné apagou-se. Varreu-se do mapa” (Oliveira, 1986: 73); “acabou-se Moçambique” (Lobo Antunes, 1989: 19); “Angola deixou de existir” (Rocha de Sousa, 1999: 498).

Da leitura desta literatura fica de facto a imagem de que éramos, na verdade, nós que caíamos aos pedaços no meio de nós mesmos, o que explica a tematização obsessiva, por parte dos narradores ou sujeitos líricos, da sua identidade e da sua identificação, num exercício para reencontrar o seu rosto pessoal e o do sujeito português, face a um ambiente pleno de signos de violenta ruptura física, psicológica e social. Uma ruptura que era visível ora nos corpos mortos, gangrenados, mutilados, amputados e esfacelados de homens de vinte anos; ora nos estados de cansaço, enlouquecimento, embriaguês, neurose, solidão e desistência de muitas personagens que povoam esta literatura, envoltas em solitários e desesperados exercícios de masturbação; ora nas relações estéreis e intransitivas traçadas entre homens e mulheres; ora ainda nos disfarçados Outros em que nos projectávamos em alter-egos felizes que não conseguíamos ser (só a título de exemplo veja-se o caso de Romeu em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo; ou Domingos da Luta, em *Jornada de África*, de Manuel Alegre) – e que, a meu ver, constituem, no seu conjunto, poderosas imagens de uma pátria em exercício solitário de espera no vazio (imagem da masturbação), ao mesmo tempo que se vai deixando corroer por dentro (imagem da gangrena), fragmentando-se (corpos mutilados, amputados) e destruindo-se a si mesma (corpos esfacelados e mortos):

Faltam braços, mãos, pernas, pés. (Alegre, 1989: 168)

O hospital absorvia toneladas de carne esfacelada, múmias recentes, arrobas de membros partidos. (Garcia, 1996: 172)

O Lopes espreitou lá para dentro, sem perceber imediatamente que aquela massa de carne, sangue, tripas era o resto de um corpo. (Ferraz, 1982: 40)

O furriel Costa, operador de transmissões, jurara em Lisboa que atravessaria a noite daqueles dois anos de comissão obrigatória submerso por uma única bebedeira. (Melo, 1992: 51-52)

Pois é! Estamos todos doidos! (Garcia, 1996: 104)

A masturbação era a nossa ginástica diária. (Lobo Antunes, 1991: 19)

O cansaço horizontalizava-os, na satisfeita lassidão duma masturbação colectiva. (Oliveira, 1986: 80)

Muitos séculos mais tarde, parecia assim ser de novo nas terras imperiais que os Portugueses redescobriam os “pedaços” da epopeia nacional, que Camões tinha, metafórica e realmente, salvo do naufrágio, mas que Fernão Álvares do Oriente, no seu exílio imperial em fuga da pátria ocupada, iria ver já em pedaços pregados nas árvores da ilha de *Lusitânia Transformada*. Nesta literatura não estamos já em presença das descrições organicistas de homens-espelho de uma pátria-cadáver – na forma que nos aparecem em Oliveira Martins; ou na prosa de Eça, ao descrever a raça doente do Portugal esvaziado entre a perda do Brasil, a incerteza da Europa e o projecto africano – nem em presença das fragmentações pessoais de desejos já pós-imperiais. Estamos antes em presença dos cadáveres reais, anunciados em toda a poesia que tematiza este tempo de asfixia e apodrecimento. Por outras palavras, podemos dizer que as visões e fantasias organicistas e apocalípticas do final do século XIX, que percorrem a literatura e o pensamento crítico português do século XX, num longo epitáfio à nação portuguesa imperial, assumem, nesta literatura, os rostos de fantasmas de fim, expressos na englobante imagem do suicídio, físico ou espiritual, como imagem de desidentificação pessoal que se transforma numa potente metáfora de um país que deixa de ser, deixando as personagens num trânsito temporal e espacial – entre África e Portugal – que, por sua vez, reflecte o trânsito da própria identidade portuguesa pós-colonial, em negociação entre as ruínas do império e a estrada europeia que se ia abrindo.

Teríamos chegado ao fim de um ciclo que, como o de Alcácer Quibir, se reabriria para dar lugar à imaginação da nação desejada? Como foi acentuado por Manuel Alegre, numa declaração que combina a vocação europeísta do Partido Socialista e a nostalgia de uma esquerda de vocação solidária com o Terceiro Mundo, a posição de Portugal sem império e a caminho de uma Europa onde estava na periferia, poderia ser sublimada pela nossa afirmação de diferença na Europa, dada justamente através da história vivida no antigo império:

a integração de Portugal na Europa foi ditada por razões que são conhecidas, políticas, históricas, económicas, não temos outra saída, hoje, senão essa, o problema está em nós e na nossa maneira de estar na Europa. Nós temos também algo a levar à Europa e uma das coisas que temos a levar à Europa é a nossa própria experiência histórica e a principal riqueza que temos – que é a nossa cultura e o nosso especialíssimo relacionamento com outros povos e com outros continentes – e vamos levar à Europa uma concepção que não seja eurocentrista, mas uma concepção aberta ao mundo, uma concepção aberta ao respeito pelos outros, à capacidade de compreender a diferença dos outros. É essa, enfim, a singularidade especial da nossa identidade e da nossa cultura, é esse o contributo próprio que nós devemos levar à construção da Europa. (Vintém entrevista Alegre, 1991: 16)

É certo que esta afirmação de ecos históricos familiares e de redacção sergiana¹⁵ – pronunciada no contexto pós-colonial em que Portugal reelaborara a sua lei da nacionalidade (1981) e é já membro pleno da Comunidade Europeia (1985) – não tem o mesmo valor dos pronunciamentos dos políticos do século XIX, da República ou dos discursos lusotropicalistas ou salazaristas no contexto da Guerra Colonial, quando nos destacavam da Europa pela nossa vocação atlântica. O projecto atlântico de então, nas suas diversas tonalidades, era sinónimo de império e da própria nação. No Portugal pós-colonial integrado no espaço europeu, este projecto não é imperial, mas, ao conceber como missão de Portugal na Europa a sua experiência de desterritorialização por antigos espaços imperiais como a mais-valia a levar a este outro processo de desterritorialização que foi a entrada do país na Comunidade Europeia, expressa num vocabulário tão próximo do anterior, ficamos inevitavelmente suspensos. Perante esta rápida substituição daquilo que seria o último fantasma imperial português por uma “poética”, cuja fantasia prolonga um projecto europeu português assente em “continuidades imperiais” (Feldman-Bianco, 2001: 179), somos levados a pensar que talvez o narrador-personagem de *Os Cus de Judas*, de Lobo Antunes, esteja certo na narração do seu doloroso regresso ao Portugal do pós-25 de Abril, onde as palavras tinham adquirido novas e passageiras significações, mas em que as essências e os sonhos não tinham mudado. Ficaríamos assim, e mais uma vez, suspensos entre a

Europa, sonho futuro!
Europa, manhã por vir,
fronteiras sem cães de guarda,
nações com seu riso franco
abertas de par em par! (Monteiro, 1993: 127)

– anunciada por Adolfo Casais Monteiro, desde 1946, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial – e a saudade *Das Áfricas*, tão sensivelmente evocada por Luís Filipe Castro Mendes no poema homónimo?

A guerra, a solidão, fim do Império,
vieram dar o rosto da tragédia
ao que nunca sonhara como história

que fosse pessoal. Coube-nos todo
este peso da História e esta surpresa
de te reconhecer como eu respiro. (Mendes, 1999: 283)

¹⁵ Cfr. Sérgio, “Prefácio de António Sérgio para a edição brasileira”, In Freyre, /sd/: 10-15. O prefácio está datado de 31 de Janeiro de 1940.

Que Portugal – centro, periferia, semiperiferia – pode imaginar-se a partir daqui?

Quando vemos hoje os autores, que inscreveram na literatura portuguesa o violento crepúsculo imperial português que foi a Guerra Colonial, a reclamar-se da “Europa da periferia”, sonhando com outros mares e outras geografias e deixando para trás essa “Europa já não mestre já não” (Alegre, 1999: 665); a manifestar saudades de Angola e da Malanje colonial, que já não existe mas onde poderiam ser felizes, como considera Lobo Antunes (Viegas entrevista Antunes, 1997: 39); a rejeitar a dimensão europeia onde se sentirão sempre estrangeiros, como faz João de Melo, em *O Homem Suspenso* – a questão levantada por mim, na esteira de Boaventura de Sousa Santos, sobre a transição da imaginação do centro através do império, para uma imaginação do centro através da Europa, fica também em suspenso (como diz Eva Lopo, em *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, referindo-se às suas lembranças dos últimos dias coloniais portugueses). Mudança há, de facto, na certeza de que daqui para a frente a identidade terá que ser vivida, construída e transformada pelos dois sujeitos da história: os homens e as mulheres, assim mostrando que nas nações, nos nacionalismos, nas guerras, na história, a diferença sexual desempenha um papel determinante, como ficou demonstrado pelas narrativas sobre a guerra escritas por mulheres – *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, e *Percursos*, de Wanda Ramos – e pela primeira escultura portuguesa a que esta guerra deu origem, datada de 1973, da autoria de Clara Menéres. Intitula-se – *Jaz morto e arrefece o menino de sua mãe. Jaz morto e arrefece o império de sua mãe.*



Jaz morto e arrefece o menino de sua mãe, Clara Menéres

Fonte: Fernando Pernes, *Panorama da Arte Portuguesa do Século XX*, (Porto: Campo das Letras, 1986: 265).

4 - Bibliografia

Abelaira, Augusto (1982), *Sem tecto, entre ruínas*. Lisboa: Sá da Costa (1ª edição, 1979).

Abellan, José Luis (1979-1984), *História crítica del pensamiento español*. Madrid: Espasa Calpe (4 volumes).

Alegre, Manuel (1989), *Jornada de África*. Lisboa: Dom Quixote.

Alegre, Manuel (1999), *Obra poética*. Lisboa: Dom Quixote.

Alexandre, Valentim (1980), “O liberalismo português e as colónias de África”, *Análise Social*, XVI (61-62), 319-340.

Alexandre, Valentim (1993), “A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado Brasileiro (1824- 1826)”, *Análise Social*, XXVIII (121), 309-341.

Alexandre, Valentim (1995), “A África no imaginário político Português (séculos XIX-XX)”, *Penélope*, 15, 39-52.

Alexandre, Valentim (1998), “As periferias e a implosão do império”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 46-87.

Alexandre, Valentim (1998), “Nação e império”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 90-142.

Alexandre, Valentim (1998), “O processo de independência do Brasil”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 10-45.

Almeida, Miguel Vale de (2000), *Um mar da cor da terra – raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta.

Anderson, Benedict (1996), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/ New York: Verso.

Antunes, António Lobo (1989), *Fado Alexandrino*. Lisboa: Dom Quixote.

- Antunes, António Lobo (1991), *Os cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote (1ª edição, 1979).
- Ashcroft, Bill, Griffiths, Gareth, Tiffin, Helen (1994), *The Empire Writes Back – Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London & New York: Routledge.
- Belchior, Maria de Lourdes (1982), “Sobre o carácter nacional ou para uma “explicação” de Portugal”, *Nação e Defesa*, 21, Janeiro-Março, 13-31.
- Boxer, Charles (1963), *Race Relations in Portuguese Colonial Empire 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press.
- Brito Vintém (1991), “Sou um filho da língua de Camões”, *Notícias do Interior*, Julho, 1 e 16 (entrevista com Manuel Alegre).
- Cahen, Michel (1997), “Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'“institutionnalisation” de la communauté des pays de langue portugaise”, *Lusotopie*, 391-433.
- Camões, Luís de (1992), *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto Camões (Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro) (1ª edição, 1572).
- Cardoso, Fernando Henrique e Soares, Mário (1998), *O mundo em português – um diálogo*. Lisboa: Gradiva.
- Castelo, Cláudia (1996), “Congressos e conferências culturais” in J.M. Brandão Brito e Fernando Rosas (orgs.), *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 191-192.
- Castelo, Cláudia (1998), “O modo português de estar no mundo” – o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento.
- Cirurgião, António (1985), “Introdução a Fernão Álvares do Oriente”, *Lusitânia transformada*, Lisboa: INCM, XV-LXXXII.
- Cirurgião, António (1996), “Oriente, Fernão Álvares”, in Álvaro Manuel Machado (org.), *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 351.
- Coelho, Maria Teresa Pinto (1996), *Apocalipse e regeneração – o ultimatum e a mitologia da pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Cosmos.

Couto, Diogo do (1988), *O soldado prático*. Mem Martins: Publicações Europa-América (Introdução, actualização do texto e notas de Reis Brasil) (1ª edição, 1790).

Cunha, Isabel Férin (1997), “Nós e os outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa”, *Lusotopie*, 435-467.

Curtius, Ernest-Robert (1979), *European Literature and the Latin Middle Ages*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

Eça de Queirós (1973), *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Porto: Lello & Irmão.

Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*. Lisboa: Livros do Brasil (1ª edição, 1900).

Eça de Queirós, *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres*. Lisboa: Livros do Brasil.

Eça de Queirós, *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil (1ª edição, 1909) .

Feldman-Bianco, Bela (2001), “Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e as construções de semelhanças e diferenças culturais”, in Maria Irene Ramalho, António Sousa Ribeiro (orgs.). *Entre ser e estar – raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 143-184.

Ferraz, Carlos Vale (1982), *Nó cego*. Lisboa: Bertrand.

França, José-Augusto (1961), *Natureza morta*. Lisboa: Arcádia. (1ª edição, 1949).

Freyre, Gilberto (1958), *Integração portuguesa nos Trópicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Freyre, Gilberto, *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e ação*. Lisboa: Livros do Brasil.

Freyre, Gilberto, *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível lusotropologia acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas de Ásia, de África e do Atlântico*. Lisboa: Livros do Brasil. (prefácio de Dezembro de 1952)

Garabatus, Frey Ioannes (1991), *As Quybyrycas*. Porto: Afrontamento (1ª edição, Lourenço

- Marques, 1972).
- Garcia, José Martins (1996), *Lugar de massacre*. Lisboa: Edições Salamandra, (1ª edição, 1975).
- Garin, Eugenio (1989), *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Estampa.
- Garrett, Almeida (1983), *Viagens na minha terra*, in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa: Círculo de Leitores (1ª edição, 1846).
- Garrett, Almeida (1984), *Frei Luís de Sousa*, in *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa: Círculo de Leitores (1ª edição, 1844).
- Garrett, Almeida, *Portugal na balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte (1ª edição, 1830).
- Geffray, Christian (1997), “Le lusotropicalisme comme discours de l'amour dans la servitude”, *Lusotopie*, 361-372.
- Gil, Fernando e Macedo, Helder (1998), *Viagens do olhar – Retrospecção, visão e profecia no renascimento português*. Porto: Campo das Letras.
- Gomes Leal (1881), *A traição: Carta a El-Rei D. Luís sobre a venda de Lourenço Marques*. Lisboa: Tipografia Elzeviriana.
- Gomes, Ana Calapez (1989), “Aspectos da ideologia na época das descolonizações”, *Vértice*, 13, Abril, 70-75.
- Green, Otis H. (1969), *España y la tradición occidental: el espíritu castellano en la literatura desde “El Cid” hasta calderón*. Madrid: Editorial Gredos.
- Guerra, Álvaro (1986), *Os Mastins* seguido de *O disfarce*. Lisboa: O Jornal (1ª edição de *O Disfarce*, 1969).
- Guimarães, Ângela (1984), *Uma corrente do colonialismo Português – A sociedade de geografia de Lisboa 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hermann, Jacqueline (1998), *No reino do desejado – A construção do sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hobsbawm, Eric (1987), *The Age of Empire: 1870-1914*. Londres: Weidenfeld and Nicholson.

Jorge, Lídia (1988), *A costa dos murmúrios*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Junqueiro, Guerra (1890), *Finis patriae*. Porto: Lello Editora.

Junqueiro, Guerra (1896), *Pátria*. Porto: Livraria Chardron.

Leal, José Bação (1971), *Poesias e cartas*. Porto: Tipografia Vale Formoso (prefácio de Urbano Tavares Rodrigues).

Léonard, Yves (1997), “Salazarisme et Lusotropicalisme, histoire d'une appropriation”, *Lusotopie*, 211-226.

Léonard, Yves (1999), “A Ideia Colonial, Olhares Cruzados (1890-1930)”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, V, Lisboa: Círculo de Leitores, 536-550.

Léonard, Yves (1999), “O Império Colonial Salazarista”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, V, Lisboa: Círculo de Leitores, 10-30.

Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (Orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, V, Lisboa: Círculo de Leitores, 31-50.

Louçã, António (1997), “A diplomacia salazarista e as propostas de partilha colonial 1937-1938” *História*, 34, Agosto - Setembro, 4-13.

Lourenço, Eduardo (1982), *O Labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote (1ª edição, 1978).

Lourenço, Eduardo (1984), “Da ficção do império ao império da ficção”, *Diário de Notícias – Suplemento 10 Anos de Democracia*, 24 Abril, 26-27.

Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: INCM.

Maxwell, Kenneth (1995), *Pombal – Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: CUP.

Melo, João de (1977), *A Memória de ver matar e morrer*. Lisboa: Prelo.

- Melo, João de (1992), *Autópsia de um mar de ruínas*. Lisboa: Dom Quixote (1ª edição, 1984).
- Melo, João de (1996), *O Homem suspenso*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mendes, Luís Filipe Castro (1999), *Poesia reunida (1985-1999)*. Lisboa: Quetzal.
- Miranda, Jorge (2001), *O constitucionalismo liberal Luso-Brasileiro*. Lisboa: CNCDP.
- Monteiro, Adolfo Casais (1993), *Poesias completas*. Lisboa: INCM (introdução de João Rui de Sousa).
- Navarro, Modesto (1972), *História de um soldado que não foi condecorado*. Reboleira: Edição do Autor.
- Newitt, Malyn (2000), *Charles Boxer 1902-2000*. Londres: King's College.
- Oliveira Martins, J. P. (1891), *Portugal em África*. Porto: Livraria Internacional de Ernestro Chardron, Casa Editora Lugen e Genelioux, Sucessores.
- Oliveira, Álamo (1986), *Até hoje (Memória de Cão)*. Lisboa: Ulmeiro e Autor.
- Oliveira, Fernando Correia (2000), “Morreu Charles Boxer abridor de baús”, *Público*, 29 Abril, 10.
- Oliveira, Vitor de Amaral (1986-87), “*As Quybyrycas* – Um “Clássico” “Esquecido”, *Peregrinação*, 14-15, Outubro a Março, 8-18.
- Oppenheimer, Jochen (1997), “Realités et mythes de la coopération portugaise”, *Lusotopie*, 469-478.
- Oriente, Fernão Álvares (1985), *Lusitânia transformada*. Lisboa: INCM (Edição, prefácio e notas de António Cirurgião) (1ª edição, 1607).
- Pacheco, Fernando Assis (1963), *Cuidar dos vivos*. Coimbra: Cancioneiro Vértice.
- Pacheco, Fernando Assis (1972), *Cau Kiên: Um resumo*. Lisboa: Edição do Autor.
- Pacheco, Fernando Assis (1972), *Viagens na minha guerra*. Lisboa: Edição do Autor.
- Pacheco, Fernando Assis (1976), *Catalabanza, Quilolo e Volta*. Coimbra: Centelha.

Pacheco, Fernando Assis (1996), *A musa irregular*. Porto: Asa.

Patrício, Manuel Ferreira (1996), *O Messianismo de Teixeira de Pascoaes e a educação dos Portugueses*. Lisboa: INCM.

Pernes, Fernando (1986), *Panorama da arte portuguesa do século XX*. Porto: Campo das Letras.

Pessoa, Fernando (1966), *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Em micro-filme na Biblioteca Nacional.

Pessoa, Fernando (1977), *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Pessoa, Fernando (1978), *Da República (1910-1935)*. Lisboa: Ática, (org. Joel Serrão).

Pessoa, Fernando (1978), *Sobre Portugal – introdução ao problema nacional*. Lisboa: Ática (org. Joel Serrão).

Pessoa, Fernando (1980), *Ultimatum e páginas de sociologia política*. Lisboa: Ática (org. Joel Serrão).

Pessoa, Fernando (1993), *Pessoa inédito*. Lisboa: Livros Horizonte (coord. Teresa Rita Lopes).

Ramalho, Maria Irene e Sousa Ribeiro, António (orgs.), (2001), *Entre ser e estar – raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento.

Ramos, Wanda (1981), *Percursos – do Luachimo ao Luena*. Lisboa: Presença.

Rebelo, Luís de Sousa (1987), “As *Quibíricas* de Grabato Dias ou o Discurso da Ruptura”, *Colóquio-Letras*, 99, Setembro-Outubro, 21-28.

Rebelo, Luís de Sousa (1994), “Os Diálogos da Identidade no Fim do Século”, *Tesserae*, 1, Winter, 21-33.

Rocha de Sousa (1999), *Angola 61 – uma crónica de guerra ou a visibilidade da última deriva*. Lisboa: Contexto.

Salazar, António Oliveira (1967), *Discursos e notas políticas 1959-1966*, VI. Coimbra: Coimbra Editora.

Salazar, António Oliveira (1967), *Entrevistas*. Coimbra: Coimbra Editora.

Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 17-56.

Santos, Boaventura de Sousa (1996), *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in Maria Irene Ramalho, António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar – Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 23-85.

Santos, Fernando Piteira (1985), “Império/ Colonialismo/ Descolonização” in *Seminário – 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Associação 25 de Abril/ Fundação Calouste Gulbenkian, 259-267.

Santos, Maria Irene Ramalho Sousa (1993), “A poesia e o sistema mundial”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento.

Sena, Jorge de (1991), “Um imenso inédito semi-camoneano e o menos que adiante se verá”, Prefácio a Frey Ioannes Garabatus, *As Quybyrycas*. Porto: Afrontamento, 15-37.

Sérgio, António, “Prefácio de António Sérgio para a edição brasileira”, in Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou – Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as suas Colónias Portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil, 9-27.

Silva, António E. Duarte (1997), *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa*. Porto: Afrontamento.

Silveira, Jorge Fernandes da (1999), *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Soromenho, Castro, *Terra morta*. Lisboa: Sá da Costa (1ª edição, 1949).

Sousa, Ronald (1981), *The Rediscoverers – Major Writers in the Portuguese Literature of National Regeneration*. The Pennsylvania State University Press.

Telo, António José (1991), *Lourenço Marques na política externa portuguesa – 1875-1900*. Lisboa: Cosmos.

Telo, António José (1994), *Economia e império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Cosmos.

Telo, António José (1998), “O fim do ciclo Africano do Império”, in *Portugal na Transição do Milénio- Colóquio Internacional*, Lisboa: Fim de Século, 327 – 355.

Thomaz, Luís Filipe F.R. (1990), “L’Idée Impériale Manuéline”, in *La Découverte, Le Portugal et L’Europe – Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 35-103.

Thomaz, Luís Filipe F.R., Alves, Jorge Santos (1991), “Da Cruzada ao Quinto Império”, in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 81-164.

Viegas, Francisco José (1997), “Nunca li um livro meu”, *Ler*, 37, Inverno, 30-43 (entrevista a António Lobo Antunes).

Vieira, António (1918), *História do futuro*. Coimbra (edição de J. Lúcio de Azevedo) [1ª edição do *Livro Ante-Primeiro*, Lisboa, 1718].

Zurara, Gomes Eanes de (1992), *Crónica da Tomada de Ceuta*. Mem Martins: Publicações Europa-América (introdução e notas de Reis Brasil).